



CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2025, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR DESIGNADO COMO AGENTE DE CONTRATAÇÕES/PREGOEIRO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO/SC, CONFORME A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apresenta o duto plenário, a resolução que se segue:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução regulamenta o exercício e a concessão de gratificação ao Agente de Contratação/Pregoeiro, bem como estabelece regras e diretrizes para sua atuação nos procedimentos licitatórios realizados pela Câmara de vereadores de Quilombo/SC, conforme os termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, considera-se:

I – Agente de Contratação: Servidor público do quadro permanente, designado pela autoridade competente, responsável por acompanhar o trâmite da licitação, impulsionar o procedimento licitatório e executar as atividades necessárias ao seu bom andamento até a homologação;

II – Pregoeiro: Agente de Contratação atuante especificamente nas licitações realizadas na modalidade pregão.

Parágrafo único. Quando adotada a modalidade pregão, o Agente de Contratação será denominado Pregoeiro, aplicando-se a ele todas as disposições previstas nesta Resolução.

CAPÍTULO II

DA DESIGNAÇÃO

Art. 3º O Agente de Contratação/ Pregoeiro será designado pela autoridade competente, em caráter permanente ou especial, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Único. A nomeação de servidor para as funções referidas no art. 3º ou a sua substituição será realizada por meio de Portaria, expedida pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 4º Para a designação do Agente de Contratação/ Pregoeiro, observar-se-ão os seguintes requisitos:



CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO ESTADO DE SANTA CATARINA

I – Ser servidor efetivo do quadro permanente da Administração Pública;

II – Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos, possuir formação compatível com o objeto do certame ou qualificação atestada por certificação emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;

III – Não ser cônjuge, companheiro, parente até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, de licitantes ou contratados habituais da Administração, nem possuir com eles vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil.

Art. 5º O servidor designado que se considerar impedido, nos termos da Lei nº 14133/2021 art. 7º e complementar a lei 9.784/1999, deverá solicitar ao Presidente a designação de outro servidor, expondo os motivos que determinam tal condição, mediante justificativa por escrito, para substituição temporária ou permanente.

Art. 6º A autoridade competente deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Parágrafo único. Em caráter excepcional e devidamente justificado, poderá ser designado servidor que já atue em outra etapa do processo de contratação, desde que tal medida assegure a continuidade do serviço público e que não haja outro servidor efetivo disponível.

Art. 7º O Presidente da Câmara deverá designar os servidores que melhor se enquadrem nas funções, observando-se conhecimento na área de atuação e a continuidade do serviço público.

Parágrafo Único. Deverá ser evitada a realização de substituições frequentes, de modo a garantir a economia administrativa e a eficiência dos serviços prestados.

CAPÍTULO III

DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO

Art. 8º O Agente de contratação será um servidor designado pela autoridade competente, entre servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Art. 9º Compete ao Agente de Contratação:

I – Tomar decisões visando à boa condução da licitação, impulsionando o procedimento, inclusive solicitando às unidades competentes o saneamento da fase preparatória, quando necessário;



CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO ESTADO DE SANTA CATARINA

II – Acompanhar os trâmites da licitação, promovendo diligências, conforme necessário, e buscando o cumprimento do calendário de contratações previsto no art. 11 do Decreto nº 10.947/2022, observando o grau de prioridade da contratação;

III – Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

- a) Receber, examinar e decidir impugnações e pedidos de esclarecimento ao edital;
- b) Recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade
- c) Verificar a conformidade das propostas com os requisitos do edital;
- d) Coordenar a sessão pública;
- e) Verificar e julgar as condições de habilitação dos licitantes;
- f) Sanear erros ou falhas formais que não alterem a substância das propostas;
- g) Encaminhar à Comissão de Contratação documentos de habilitação para possível saneamento, quando cabível;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio ou da comissão;
- j) Encaminhar o processo devidamente instruído para adjudicação e homologação pela autoridade superior;
- k) Credenciar;
- l) Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O Agente de Contratação será auxiliado pela equipe de apoio ou comissão, e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo comprovada indução a erro por terceiros.

§ 2º Na fase preparatória, o Agente de Contratação atuará apenas no acompanhamento e na verificação do fluxo processual, estando desobrigado da elaboração de estudos preliminares, termos de referência, projetos, pesquisas de preço e minutas de edital, podendo, contudo, solicitar informações pertinentes.

§ 3º O servidor designado que se considerar impedido para atuar no certame, nos termos da Lei nº 9.784/1999 e 14133/2021, deverá solicitar ao Presidente a indicação de outro servidor, expondo os motivos que determinam tal condição, mediante justificativa por escrito, para substituição temporária ou permanente.

Art. 10 Em licitações de bens e serviços não comuns, o Agente de Contratação poderá ser substituído por Comissão de Contratação, nos termos da legislação aplicável.

Art. 11 O Agente de Contratação poderá solicitar manifestação da assessoria jurídica e do controle interno, para fundamentar suas decisões.

Art. 12 Todas as licitações que acontecerem na Câmara serão conduzidas por Agente de Contratação ou Comissão de Contratação. A critério da autoridade competente decidir.



CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO ESTADO DE SANTA CATARINA

Art. 13 Quando adotada a modalidade pregão, o Agente de Contratação será denominado Pregoeiro, aplicando-se a ele todas as disposições referentes ao Agente de Contratação previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. O Pregoeiro poderá ser auxiliado pela equipe de apoio ou pela comissão de licitação, conforme o caso.

CAPÍTULO IV

DA CAPACITAÇÃO E DEVERES FUNCIONAIS

Art. 14 O Agente de Contratação/Pregoeiro deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e imparcialidade.

Art. 15 É vedada a atuação do Agente de Contratação/Pregoeiro que se encontre em situação de conflito de interesses, nos termos da legislação vigente.

Art. 16 A capacitação contínua dos agentes públicos envolvidos nas contratações é medida fundamental prevista na Lei nº 14.133/2021 para mitigação de riscos e melhoria da governança.

Art. 17 O servidor que verificar deficiência técnica ou limitação para atuar no certame deverá comunicar ao superior hierárquico.

§ 1º Havendo necessidade de capacitação para o desempenho das funções para os quais o servidor for designado, caberá à Câmara de Vereadores custear as despesas. Fica a critério do servidor havendo necessidade solicitar tal capacitação.

§ 2º O servidor designado para função não poderá alegar incapacidade técnica para seu desempenho, sendo que tem o direito de solicitar capacitação.

CAPÍTULO V

DO VALOR DA GRATIFICAÇÃO

Art. 18 A gratificação mensal devida ao servidor designado como Agente de Contratação/Pregoeiro corresponderá a 100% (cem por cento) do vencimento base do cargo de Serviços Gerais do quadro permanente da Câmara Municipal de Quilombo/SC.

Parágrafo único. O valor da gratificação será automaticamente reajustado na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal.

Art. 19 O servidor designado como Agente de Contratação e Pregoeiro fará jus a uma única gratificação, mesmo que atue em ambas as funções em certames diferentes ao mesmo tempo.



CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO ESTADO DE SANTA CATARINA

Parágrafo único. A gratificação compreende a atuação nas duas funções, conforme a necessidade da Câmara.

Art. 20 Não haverá prejuízo à gratificação nos casos de férias.

Art. 21 A gratificação será suspensa a partir da data do afastamento do servidor das funções, sendo calculada e paga proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados. O servidor substituto fará jus à gratificação proporcional aos dias em que exercer a função.

Art. 22 A gratificação de que trata esta Resolução possui caráter transitório e não se incorpora à remuneração do servidor, tampouco servirá de base de cálculo para outras vantagens.

§ 1º O pagamento da gratificação de que trata a presente resolução cessará por interesse da administração ou quando o servidor deixar de exercer as funções para as quais foi designado.

§ 2º Nos casos de licença ou afastamento por problemas de saúde quando o servidor não pode atuar será suspenso a gratificação, será nomeado um servidor substituto até que a situação perdure.

Art. 23 Não fará jus à gratificação o servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 25 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 26 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para fins de concessão de gratificação a partir do primeiro dia de janeiro de 2026.

Câmara de Vereadores de Quilombo/SC, 11 de dezembro de 2025.

NEREU CÂNDIDO MARTINHAGO
Presidente

ADRIANO JOÃO BOARETTO
Vice-presidente

EDIANE DAIANE RAMOS
1ª Secretária

FÁBIO JUNIOR OZECOSKI
2º Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA

Encaminhamos para apreciação desta Casa Legislativa a presente Resolução, que visa instituir a gratificação para os servidores designados como Agente de Contratação e Pregoeiro, como medida essencial de adequação à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.

Conforme apontamento da Controladoria Interna por meio do Ofício nº 0038/2025, para que haja a devida regulamentação da gratificação paga ao agente de contratação/Pregoeiro, a fim de se garantir a devida legalidade e conformidade com os princípios administrativos.

A nova Lei de Licitações exige dos entes públicos uma série de adequações procedimentais, impondo maior complexidade técnica e maior dedicação dos servidores responsáveis pelas contratações públicas, especialmente daqueles que atuam diretamente na condução dos certames. O Pregoeiro e o Agente de Contratação passam a desempenhar função estratégica, assumindo responsabilidades relevantes na execução de processos licitatórios e dispensas, cuja legalidade e eficiência são vitais para o bom funcionamento da Administração.

A proposta em tela visa, assim, atender a três objetivos principais:

1. Reconhecer a responsabilidade técnica e jurídica assumida pelo servidor designado para tais funções;
2. Incentivar a qualificação e o comprometimento com a legalidade, a moralidade e a eficiência dos processos administrativos;
3. Corrigir lacunas regulatórias que vêm sendo apontadas pelos órgãos de controle interno, fortalecendo a conformidade institucional.

Dessa forma, submetemos a presente proposição à análise dos nobres pares, confiantes de que sua aprovação representará um avanço significativo na modernização administrativa e no fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas.

Na certeza de contarmos com o apoio desta Casa, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.